

**SINDIPETRO AL/SE**  
SINDICATO UNIFICADO DOS TRAB. PETROLEIROS, PETROQUÍMICOS, QUÍMICOS E PLÁSTICOS

**Ouro Negro**



## MESA 1 DO CONGRESSO DESTACA PETROBRAS E O PAPEL ESTRATÉGICO DO SEAP PARA O DESENVOLVIMENTO DE SERGIPE

O 29º Congresso Regional do Sindipetro AL/SE teve início com uma importante discussão sobre os rumos da indústria do petróleo no Brasil e o retorno da Petrobras para Sergipe. A primeira mesa, com o tema “Retorno da Petrobras para Sergipe e a Transição Energética”, foi conduzida pelos diretores sindicais Thiago Ítalo (Sindipetro AL/SE) e Bruno Dantas (Sindipetro RJ), que apresentaram dados e análises sobre o Projeto Sergipe Águas Profundas (SEAP) e os impactos esperados para a economia e o mercado de trabalho da região. O SEAP é apontado como uma oportunidade histórica para a retomada dos investimentos da Petrobras no Nordeste, com potencial de expansão para Alagoas e o sul de Pernambuco.



Apesar da exclusão temporária da UPGN onshore do planejamento imediato, ela ainda integra os planos estratégicos da companhia. Com apenas 33 poços em águas ultraprofundas — localizados a 118 km da costa sergipana, em lâmina d’água de quase 3 mil metros —, o projeto prevê a produção de até 250 mil barris de petróleo por dia, o que representa um salto significativo frente à produção atual dos campos terrestres, como Carmópolis, que opera com 3.200 poços para produzir apenas 9 mil barris/dia.

O volume de gás natural estimado no SEAP é de 18 milhões de metros cúbicos por dia, contra os modestos 40 mil m<sup>3</sup> diários extraídos atualmente em terra. Essa nova fronteira de exploração reforça o papel estratégico de Sergipe na matriz energética nacional.

Outro destaque da apresentação foi o potencial de implantação de uma refinaria privada em Sergipe, já em fase de prospecção, que poderá servir de base para a criação de um polo petroquímico no estado. A cadeia produtiva associada ao refino e à petroquímica representa um enorme efeito multiplicador sobre o emprego e a renda na região.

Os ganhos para os cofres públicos também são expressivos: se em 2003 Sergipe arrecadou R\$ 273 milhões em royalties, com o SEAP essa arrecadação pode ultrapassar R\$ 7,6 bilhões, superando a atual arrecadação estadual anual, que gira em torno de R\$ 5,5 bilhões.

Apesar do otimismo com o projeto, os dirigentes sindicais alertaram para os desafios políticos e institucionais. Sergipe enfrenta uma disputa por investimentos com outros polos do país, como Santos e Pelotas, e pode perder espaço caso não haja mobilização política local efetiva. O risco de paralisação ou adiamento do projeto, principalmente em caso de mudança na orientação do governo federal, também foi apontado como uma ameaça real.

Foi lembrada, ainda, a vitória da classe trabalhadora na luta contra o dispositivo da PL 327, que limitava a participação da Petrobras no mercado de gás. A mobilização sindical, aliada à pressão da sociedade sergipana, foi fundamental para garantir a retirada desse entrave, que colocava em risco todo o SEAP.

A mesa também apresentou iniciativas de capacitação e inclusão social previstas pela Petrobras, como o projeto "Autonomia e Renda", que ofertará 150 vagas por semestre no IFES, com bolsas de estudo, apoio a mães estudantes e destinação de recursos para infraestrutura educacional e tecnológica. Há ainda previsão de investimentos em laboratórios de petróleo e a destinação de vagas na FAFEN para trabalhadores sergipanos.

Outra proposta em debate é a descentralização técnica da Petrobras, com a transferência de parte do núcleo de águas profundas, hoje concentrado no Rio de Janeiro e em Santos, para Sergipe — o que traria mais empregos qualificados e desenvolvimento local.

No entanto, os frutos desse projeto ainda levarão tempo para amadurecer. O contrato do navio-plataforma, por exemplo, tem previsão de cinco anos de construção, seguido por sete anos de operação, totalizando 12 anos até a plena implantação da produção e geração massiva de empregos.

A direção do Sindipetro AL/SE reafirmou, ao final da mesa, que a luta pela retomada da Petrobras em Sergipe é central para o desenvolvimento regional e para a soberania energética nacional. “Não podemos ficar esperando de braços cruzados. É hora de unir forças e pressionar para que esse projeto vire realidade e transforme de fato a vida do povo sergipano”, destacou a entidade.



## **APOSENTADORIA EM RISCO: MESA DEBATE PEDs, PREVIDÊNCIA E CRISE NO MOVIMENTO DOS APOSENTADOS**

O terceiro tema debatido no primeiro dia do CONREP — Congresso Nacional da FNP — trouxe à tona um panorama alarmante sobre a situação da previdência complementar, os equacionamentos de déficit (PEDs) e os desafios enfrentados pelos aposentados e pensionistas da Petrobras.

A mesa foi composta por Rafael Prado, presidente do Sindipetro-SJC, Vinícius Camargo, do Sindipetro-RJ, e pelo representante da COBAP, Luiz Legnani, que abordaram o problema sob diferentes perspectivas: técnica, jurídica e política.

## **PETROS, PATRIMÔNIOS E FUTURO DOS PLANOS**

Rafael Prado destacou a importância da disputa política nos conselhos da Petros, enfatizando a necessidade de eleger representantes comprometidos com os interesses da categoria em 51 conselhos deliberativos e 32 conselhos fiscais. Segundo ele, o processo de “humanização do patrimônio”, concluído no fim de 2023, permitiu a realocação de mais de 80% dos ativos em títulos públicos, o que garantiu a meta atuarial para os anos de 2023 e 2024.

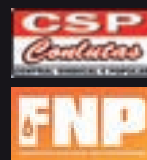
Ele também alertou para os desafios que seguem vivos: passivos judiciais que somam cerca de R\$ 3 bilhões, o risco de longevidade com uma média etária de 67 anos entre os participantes e os limites impostos pela legislação (como as Leis Complementares 108 e 109), que impedem aportes mais robustos da patrocinadora.

**SINDIPETRO AL/SE**

SINDICATO UNIFICADO DOS TRAB. PETROLEIROS, PETROQUIMICOS, QUIMICOS E PLASTICOS



**Ouro Negro**



Entre as propostas, Rafael defendeu a construção consciente de um novo plano de Contribuição Definida (CD), com aporte adicional estimado em R\$ 18 bilhões e cláusulas que garantam vitaliciedade, correção pelo IPCA e paridade nos déficits futuros.

## HISTÓRICO DE DESMONTES E DISPUTAS JUDICIAIS

Vinícius Camargo, do Sindipetro-RJ, traçou um histórico das reformas que esvaziaram o caráter de direito da previdência complementar. Desde a era FHC, a legislação passou a tratar os fundos de pensão sob uma lógica puramente financeira. Ele criticou a inércia da Petros em não cobrar da Petrobras obrigações não cumpridas até 2003, o que motivou ação judicial na 18ª Vara Federal do RJ.

Camargo também denunciou os impactos negativos da repactuação de 2006 e da criação do Petros 2, que reduziram custos da patrocinadora às custas da segurança dos participantes, e lembrou que o TCU condicionou qualquer migração futura a planos CD à devolução de R\$ 1,55 bilhão. Como saída, defendeu a construção de uma proposta negociada que seja “mínima e moralmente aceitável”, zere os atuais PEDs e assegure equilíbrio técnico.

## CRISE NO MOVIMENTO DOS APOSENTADOS

Por fim, Luiz Legnani, da CNI e da COBAP, fez uma análise contundente da crise política e estrutural que atinge o movimento de aposentados. Ele destacou o papel histórico da COBAP, que reúne mais de 220 mil associados em 355 entidades, mas enfrenta agora um cenário de desmonte.

Segundo Legnani, denúncias de corrupção no Ministério da Seguridade Social (MSS) e a proliferação de entidades de fachada — que saltaram de 8 para mais de 40 — causaram um rombo estimado em R\$ 6 bilhões, prejudicando diretamente os aposentados. A ausência de apoio parlamentar após as denúncias, os cortes de recursos e a falta de fiscalização do governo colocam em xeque a continuidade de décadas de conquistas da categoria.

A mesa foi concluída com um chamado à mobilização. Entre as iniciativas sugeridas estão caravanas, atos públicos e pressão política para garantir a retomada de direitos e o fortalecimento da representatividade dos aposentados na Petrobras e no país.





## **PLR, TELETRABALHO E SMS: FÓRUM UNITÁRIO CRITICA DIREÇÃO DA PETROBRAS E DAS FEDERAÇÕES**

**A** segunda mesa do 29º Congresso Regional do Sindipetro AL/SE reuniu os dirigentes Gustavo Maurilo e Eduardo Henrique, do Sindipetro RJ, para debater os principais desafios do próximo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da Petrobras, com foco nas pautas de PLR, SMS e teletrabalho, além de questões estratégicas sobre a atuação sindical.

A apresentação teve início com o lançamento da campanha “Fora Mais do Mestre”, incorporada pelas delegações ao trabalho na CPI interna, como forma de denunciar o conjunto de ataques impostos pela atual gestão da Petrobras. Foi criticada a “caixinha de maldades” aplicada aos trabalhadores da ativa e aposentados, enquanto os acionistas seguem intocados, recebendo lucros bilionários.

Segundo os palestrantes, a Petrobras tem mantido como meta principal a geração de lucros e distribuição de dividendos, colocando os interesses do mercado acima de sua missão pública. Foi feito um paralelo com governos anteriores, em que, segundo os debatedores, “banqueiros e acionistas nunca foram tão felizes”.

Um dos pontos altos da discussão foi a referência à paralisação de 24 horas realizada no Rio de Janeiro, que contou com o apoio de organizações internacionais, marcando a resistência dos petroleiros frente aos retrocessos. A mobilização também cobrou investigações rigorosas sobre acidentes — inclusive fatais — em unidades da companhia, como parte da luta por condições seguras de trabalho.

No campo das reivindicações do ACT, foram defendidas a abertura de novos concursos públicos, a criação de um cadastro de reserva, a inclusão da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) como cláusula permanente, e a regulamentação do teletrabalho, tema cada vez mais presente no cotidiano dos trabalhadores.

Os dirigentes também abordaram a importância de um posicionamento crítico e independente em relação ao governo federal, reconhecendo os limites do atual governo Lula e do PT.

“É o menos pior frente à extrema-direita, mas não podemos abrir mão da autonomia de classe”, reforçaram, alertando para o risco de retrocessos caso faltem mobilização e organização sindical autônoma.

A mesa trouxe ainda reflexões sobre a unidade sindical. Embora defendam a construção de uma mesa única de negociação, os representantes do Sindipetro RJ questionaram a falta de clareza sobre o funcionamento, os critérios de representatividade e a condução do processo de unificação.

Para eles, a direção da FUP tem sido um dos principais obstáculos à construção dessa unidade, e a dissolução da FNP “não pode ser automática, nem meramente simbólica”. É necessário um debate profundo sobre o modelo de organização sindical que se quer construir.

O dirigente Gustavo Maurilo trouxe um enfoque contundente na área de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), defendendo uma abordagem anticapitalista da segurança do trabalho, inspirada nos conselhos de fábrica italianos.

Ele criticou a visão conciliadora do “ganha-ganha” que, segundo ele, mascara as relações de dominação de classe, e destacou a importância de atacar as causas estruturais do adoecimento físico e mental dos trabalhadores.



A apresentação também situou os desafios do movimento sindical no contexto da atual crise econômica, política, ambiental e de hegemonia global. Foi defendido que a transição energética justa deve ser o ponto de partida para a construção de alternativas ao modelo capitalista de exploração e destruição.

Encerrando a mesa, os palestrantes fizeram um chamado à criação de um fórum unitário e democrático, que articule petroleiros da Petrobras e trabalhadores do setor privado, com democracia interna, metas claras e mobilização real da base. “Sem base mobilizada, não há ACT vitorioso.

**SINDICATOS EM DEFESA DO PÚBLICO:  
MESA DEBATE TERCEIRIZAÇÃO,  
FERTILIZANTES E REORGANIZAÇÃO  
DA LUTA PETROLEIRA**

A quarta mesa do CONREP – Congresso Nacional da FNP – promoveu uma discussão aprofundada sobre os desafios enfrentados por trabalhadores terceirizados, empregados de empresas privadas e do setor de fertilizantes.

Com falas potentes de Daniel Tomazine, do Sindipetro Caxias, Luiz Carlos Prates (Mancha) e representantes do Sindipetro AL/SE, o debate evidenciou a urgência de reorganizar a luta sindical diante da crescente precarização do trabalho e da ofensiva privatista que segue ameaçando setores estratégicos do país.

Daniel Tomazine iniciou sua participação com um relato pessoal sobre o início de sua trajetória profissional, lembrando o período em que trabalhou como estagiário em um estaleiro, recebendo apenas R\$ 2 por hora, o que resultava em uma renda mensal de apenas R\$ 220. Ele criticou duramente a passividade do sindicato local diante dos abusos cometidos por dirigentes patronais, experiência que marcou sua consciência de classe.

Em seguida, Tomazine resgatou a longa tradição de luta do Sindipetro nos estados de Sergipe e Alagoas, desde os anos 1950, contra as privatizações e em defesa dos direitos dos trabalhadores.



Segundo ele, essa trajetória de resistência foi essencial para a criação do Sindipetro Caxias, em 2004, como um sindicato combativo e independente. Durante sua exposição, Tomazine também destacou que o Sindipetro AL/SE faz parte de uma categoria nacional e que, por isso, conta com o apoio dos demais sindicatos em suas lutas locais. Como exemplo, citou que, se os trabalhadores da Origem Energia decretassem greve em Alagoas ou Sergipe, o Sindipetro Caxias aprovaria o repasse de recursos para apoiar o movimento, demonstrando na prática a importância da solidariedade de classe e da construção de um sindicalismo articulado em nível nacional.

Tomazine ainda criticou a quebra do monopólio estatal do petróleo na década de 1990 e a privatização de setores estratégicos como o farmacêutico, apontando os impactos negativos dessas medidas no acesso da população a serviços essenciais. Ele defendeu a retomada do monopólio da Petrobras, com sua ampliação para atividades como mineração, fertilizantes e produção de adubo nitrogenado,

como forma de garantir investimentos de longo prazo, segurança energética e alimentar, além de expansão da capacidade produtiva nacional. Para ele, a defesa de empresas estatais fortes e articuladas é essencial para a soberania do país. Outro ponto abordado com ênfase por Tomazine foi a importância da formação e da unidade sindical.

Segundo ele, é preciso investir na capacitação dos trabalhadores para elevar o padrão de qualidade e fortalecer a coesão da categoria. Um sindicato forte, em sua visão, é aquele que representa não apenas os empregados diretos das estatais, mas também os terceirizados, os trabalhadores de empresas privadas e os aposentados, promovendo uma representação ampla e inclusiva.

Na sequência, Luiz Carlos Prates (Mancha) trouxe à tona o desafio da heterogeneidade da força de trabalho. Ele destacou que empregados diretos, terceirizados, quarteirizados e aposentados vivem realidades muito distintas em relação a salários, estabilidade e rotatividade. Essa fragmentação, segundo Mancha, cria divisões internas e dificulta a construção de um projeto coletivo.

Ele alertou ainda para o surgimento de "sindicatos-fantasma" ou sindicatos patronais que existem apenas para enfraquecer a organização dos trabalhadores e impedir sua mobilização.

A mesa também discutiu os efeitos da Reforma Trabalhista, especialmente o artigo 611-A, que permite que o negociado prevaleça sobre o legislado. Essa medida tem sido utilizada para fragilizar direitos básicos relacionados à saúde, segurança e jornada de trabalho.

Diante desse cenário, Mancha defendeu que apenas sindicatos com capacidade real de mobilização e paralisação de operações estratégicas — como portos, rodovias e refinarias — poderão assegurar condições dignas de trabalho e negociação. Entre as propostas apresentadas, esteve a criação de um fórum permanente de diálogo entre todos os Sindipetros do país, sem a intermediação de centrais ou confederações que, muitas vezes, colocam interesses internos acima das necessidades da categoria.

A ideia é caminhar para a formação de uma federação nacional unificada, com regras claras de representação, rotatividade de dirigentes e abertura para todos os segmentos da categoria, incluindo aposentados e terceirizados. Encerrando os debates, os palestrantes reafirmaram a necessidade de uma saída política que enfrente as raízes da privatização e da desigualdade.





Defenderam uma perspectiva socialista como caminho para a plena socialização dos meios de produção, com controle público das empresas estratégicas e garantia de direitos para toda a classe trabalhadora. Reconheceram, ainda, que nem os governos atuais, nem os passados, atenderam plenamente às pautas históricas da categoria, o que reforça a necessidade de manter a mobilização permanente e fortalecer a articulação política em todo o país.



## **CONGRESSO ENCERRA COM ELEIÇÃO DE DELEGADOS, APROVAÇÃO DE RESOLUÇÕES E REAFIRMAÇÃO DA AUTONOMIA SOCIAL**

**C**om o encerramento do Congresso Nacional da FNP, o último dia de atividades foi marcado por debates intensos e decisões fundamentais para o futuro da organização sindical e de suas bases.

A pauta da jornada incluiu temas estratégicos como a discussão sobre vacâncias, a eleição dos delegados que representarão os sindicatos no Congresso Nacional da categoria, a votação de propostas de resoluções e a deliberação de moções que refletem o posicionamento coletivo dos petroleiros frente aos desafios atuais.

Durante o plenário, refletiu-se também sobre a importância de um trabalho colaborativo entre os diretores e da necessidade de uma estrutura sindical clara e coesa, que permita a todos os dirigentes contribuir de forma efetiva.

Temas como acessibilidade para aposentados, inclusão de todas as camadas da categoria e o fortalecimento das instâncias democráticas internas foram abordados com maturidade e espírito coletivo. Os participantes reconheceram os obstáculos enfrentados ao longo da caminhada sindical, mas reafirmaram a disposição em seguir unidos, superando divergências em prol de objetivos comuns.

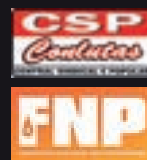
Na sequência dos trabalhos, foi realizada a prestação de contas da gestão, que, embora inicialmente programada para sábado, acabou sendo apresentada no domingo.

**SINDIPETRO AL/SE**

SINDICATO UNIFICADO DOS TRAB. PETROLEIROS, PETROQUÍMICOS, QUÍMICOS E PLÁSTICOS



**Ouro Negro**



Em seguida, os congressistas elegeram os 19 representantes que participarão do Congresso Nacional, sendo 16 na condição de delegados e 3 como observadores. O processo foi conduzido com base no diálogo e na busca por consenso, respeitando o equilíbrio entre as representações regionais e as diferentes correntes que compõem a base sindical.

Outro ponto central do último dia foi a votação das propostas de resoluções, encaminhadas a partir das discussões realizadas nas mesas temáticas ao longo do evento. O documento consolidado, aprovado pelos delegados, funcionará como uma espécie de plano de ação que orientará a atuação dos sindicatos até o próximo congresso. Ressaltou-se que determinadas proposições não necessitam de aval da FNP, reafirmando o caráter independente e autônomo do movimento sindical.

**SINDIPETRO AL/SE**

SINDICATO UNIFICADO DOS TRAB. PETROLEIROS, PETROQUÍMICOS, QUÍMICOS E PLÁSTICOS



A intenção, conforme destacado por diversos participantes, é garantir que as resoluções reflitam, de fato, as demandas concretas das categorias representadas, com foco na organização de base, na defesa dos direitos trabalhistas e na resistência às políticas de desmonte da Petrobras e do setor energético nacional.

Por fim, foi enfatizada a necessidade de delimitar com clareza o que deve ser tratado no âmbito da federação e o que cabe aos sindicatos deliberarem diretamente, respeitando a autonomia das entidades sem abrir mão da construção coletiva. O compromisso com o debate democrático foi reafirmado, com a garantia de que todas as propostas recebidas seriam ouvidas, respeitadas e discutidas com seriedade, sem julgamentos prévios. O encerramento do congresso, portanto, marcou não apenas o fim de uma etapa, mas o início de um novo ciclo de lutas, agora com diretrizes renovadas e uma base sindical mais fortalecida e comprometida com os anseios da categoria petroleira.

## DIRETORIA

ALEALDO HILARIO DOS SANTOS (79) 98172-8285/ ANDERSON BATISTA DIAS DOS SANTOS (79) 9 9952-5923/ ANTONIO FREITAS DA SILVA (82) 9 8853- 5680/ ANTONYEL ACCIOLY WANDERLEY (82) 9 9981-8636/ ARNALDO ARANDA DA SILVA (82) 9 99903-8918/ ARNALDO ARAÚJO CAVALCANTE (82) 99915-5354/ AYSLAN SANTOS DE BARROS (82) 9 8803-7964/ BERGSON CARLOS DA SILVA (79) 9 9968- 6396/ BRUNO PERES DA SILVA (81) 9 9813-9143/ CELSO ALVES DE LIMA (79) 9 9972-7911/ CLAUDIO DA CRUZ PEREIRA / COSME DOS SANTOS/ CRISTIANO DA SILVA ROCHA (82) 9 8899-8883/ DENIVALDO SIMÕES DE BRITO (82) 9 9647- 6734/ EDUARDO AMARO DOS SANTOS (82) 9 9665-1819/ EVILASIO FONSECA VIERA ( 79) 99994-7322/ FERNANDO BORGES DA SILVA (79) 9 8879-6865/ FRANCISCO WELINGTON FIDELIS DOS SANTOS (82) 9 8861- 6426/ JAMISON GONÇALVES DOS SANTOS (82) 9 9660-5656/ JONATAS DA SILVA (82) 9 9833-1318/ JOSÉ ADAILSON DOS SANTOS (82) 9 9623- 8071/ JOSÉ BRUNO REGO MENDES (82) 9 8701-7726/ JOSÉ DE ASSIS MOTA NETO (82) 9 9957-0442/ JOSÉ LUCIANO ALVES (82) 9 99964-0190/ JOSÉ RAIMUNDO SILVA ALMEIDA (79) 9 9988-0642/ MARCIA BEZERRA LEITÃO (79) 9 8851-2868/ MANOEL MESSIAS PEREIRA SANTOS (79) 9 9693- 6429/ MARCIAL JOSÉ DA SILVA (82) 9 9920-9119/ MARCO ANTONIO ROCHA GUIMARÃES JUNIOR (82) 9 8887- 3435/ PAULO DA SILVA JUNIOR (79) 9 8855-2315/ PAULO SÉRGIO CORREIA DA SILVA (82) 9 9123- 8177/ PEDRO MESSIAS DOS SANTOS ( 79) 9 8801-9356/ REINALDO LEANDRO DA SILVA ( 82) 9 9931-9908/ REMI DE OLIVEIRA SOUZA (82) 9 9925- 9974/ RENATTO MOREIRA DE ALMEIDA (82) 9 8890- 3543/ RONALDO DE SOUZA ( 82) 9 9982-8075/ ROSENILSON RIBEIRO DA SILVA (82) 9 8814-5016/ RUBENS REGIS BRITO ARAUJO (82) 9 8856-5444/ SAULO LUIZ DE ALMEIDA MACEDO (82) 9 9626-9248/ SIDNEY SANTOS MELO (79) 9 9829-1649 / THIAGO ÍTALO CARDOSO MOREIRA (79) 9 8816-2961/ VALDER NELSON VICTOR DE MORAES BELLO (82) 9 9971-5811/ VANDO SANTANA GOMES (79 ) 9 9949- 0557/ WILSON SANTOS (79) 9 8135- 5185

## EXPEDIENTE

REDAÇÃO: THIAGO ARAGÃO (JORNALISTA - DRT 1854/SE) - PEDRO BARBOSA (JORNALISTA - MTE 486/AL)  
DIAGRAMAÇÃO: MAYCON GARCIA (DIRETOR DE CRIAÇÃO DA AVEXE DIGITAL)